HELOISA VIRNES AKABANE

Direito e narrativa: a semiótica de Bernard Jackson

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. Ari Marcelo Solon

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP
2019

HELOISA VIRNES AKABANE

DIREITO E NARRATIVIDADE: A SEMIÓTICA DE BERNARD
JACKSON

Dissertação apresentada ao Departamento
de Filosofia e Teoria Geral do Direito da
Faculdade de Direito da Universidade de
São Paulo, como requisito para a
obtenção do título de Mestre em Filosofia
do Direito.

Orientador:

Professor Doutor Ari Marcelo Solon

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Akabane, Heloisa Virnes

Direito e narratividade: a semiótica de Bernard Jackson / Heloisa Virnes Akabane. – São Paulo, 2019.
xviii, 103 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – Modalidade Acadêmico.

Título em inglês: Law and narrativity: the semiotics of Bernard Jackson

1. Direito. 2. Filosofia do direito. 3. Semiótica. 4. Semiótica jurídica.

DIREITO E NARRATIVIDADE: A SEMIÓTICA DE BERNARD JACKSON

Presidente da banca:

PROF. DR. ARI MARCELO SOLON

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. WALDIR BEIVIDAS

PROF. DR. ERNANI TERRA

PROF. DR. EDUARDO BIANCA BITTAR

Suplente:

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Bernard Jackson, por sua gentil e acessível atenção, foi uma honra e uma fonte de aprendizado constante conhecer o autor e sua obra, difícil decidir em qual dos dois há mais generosidade.

Ao Prof. Dr. Ari Marcelo Solon por acreditar nas potencialidades desse trabalho e por abrir portas para este e outros estudos vistos como não convencionais pela academia tradicional, pela orientação certa e pela defesa de uma hermenêutica livre.

Ao Prof. Dr. Waldir Bevidas, por sua paixão contagiante pela semiótica que me arrebatou em 2011, no fim de uma aula, com a sugestão do estudo de interface jurídica.

Ao GES-USP pelo diálogo acadêmico e pela calorosa acolhida.

À minha família por todo afeto e incentivo:

A Elisabeth Biruel, pelo exemplo de mulher, pesquisadora e professora que tanto admiro, por seu auxílio em todos os passos, inclusive na revisão metodológica desta dissertação.

Ao Mário Akabane, pelos conselhos que pavimentaram o caminho, por ter me recomendado seguir a área acadêmica desde o fim do bacharelado, por termos sonhado juntos o que aqui se materializa.

Ao Thomas Akabane pela inspiração e parceria na luta pela ciência.

À Alexandre Ginzel, pela amizade hermenêutica-semiótica repleta de diálogos e conselhos, pela paciência como primeiro leitor e pelo auxílio imensurável.

À Adriana Neitzel pelo porto seguro, pela revisão sistemática deste trabalho e por sua lógica irrefutável.

Ao Francisco Couto, ao Milton Guiguer, ao Willian Teodoro da Silva e aos demais amigos e pesquisadores que contribuíram com críticas, conselhos e revisões.

Sumário

Agradecimentos.....	iv
Resumo	vi
Abstract	vii
Resumé	viii
1. INTRODUÇÃO	9
2. DESENVOLVIMENTO	14
2.1 CAPÍTULO – SEMIÓTICA DO DIREITO OU SEMIÓTICA JURÍDICA	15
2.1.1 Positivismo jurídico <i>versus</i> positivismo semiótico	15
2.1.2 Abordagem semiótica e narrativa do direito	23
2.1.3 Premissas e implicações metodológicas da semiótica greimasiana.....	28
2.1.4 O modelo semiótico greimasiano	32
2.1.5 Outros autores	40
2.2 CAPÍTULO – BERNARD JACKSON	41
2.2.1 Premissas e implicações metodológicas.....	41
2.2.2 Negação do positivismo.....	44
2.2.3 Problemas da linguagem jurídica. – O dicionário e a gramática jurídica.....	48
2.2.4 Fato e Norma.....	53
2.2.5 Silogismo e interpretação jurídica como justificação	57
2.2.6 Narrativização da pragmática	63
2.3 CAPÍTULO - CRÍTICAS E PERSPECTIVAS.....	74
1.1.1 Pressuposto linguístico	74
1.1.2 O ceticismo semiótico e o silogismo normativo	76
1.1.3 Pressuposto semionarrativo.....	79
2.3.1 Crítica a virada pragmática (PT) e a tese da autonomia	84
2.3.2 Crítica à visão analógica do direito e a diferenciação entre decidir e fundamentar	87
3. CONCLUSÕES.....	98
4. REFERÊNCIAS	104
ANEXOS	113
ANEXO 1 – Troca de e-mail com o autor (19/02/2018)	114
ANEXO 2 – Proposta de planilha comparativa.....	116

Resumo

Essa dissertação se insere na relação entre direito e linguagem, objetivando o estudo do modelo teórico desenvolvido por Bernard S. Jackson. O autor destaca a importância da narratividade como elemento organizador da compreensão humana e, utilizando-se do modelo proposto por Greimas em *Semiótica e Ciências Sociais* (1976), desenvolve sua proposta de semionarrativização da prática jurídica. Confrontando o juspositivismo normativo, Jackson entende que a subsunção normativa se compõe de premissas elaboradas narrativamente, enfatizando o papel da coerência narrativa para a inteligibilidade do fato e da norma. Desta maneira, o autor realiza uma ampla pesquisa acerca do papel da narratividade nas áreas da psicologia, linguística e direito, desenvolvendo o que denomina de *narrativização da pragmática* (*narrativization of pragmatics*), modelização que abarca o nível discursivo, dando conta tanto da história contada pela legislação ou pelo processo jurídico (*story in the legal text/ story in the trial*), quanto da história da elaboração das leis e do processo de julgamento (*story of the legal text/ story of the trial*).

Palavras-chave: Filosofia do Direito. Semiótica. Estruturalismo. Linguística. Narratividade. Greimas. Semiótica jurídica.

Abstract

This dissertation is inserted in the relationship between law and language, aiming at the study of the theoretical model developed by Bernard S. Jackson. The author highlights the importance of narrativity as an organizing element of human understanding and by using the model proposed by Greimas in *Semiotics and Social Sciences* (1976) develops his proposal of semi-narrativization of legal practice. Confronting normative jurispositivism, Jackson understands that the normative subsumption is composed of premises elaborated in narrative form, emphasizing the role of narrative coherence for the intelligibility of fact and norm. In this way, the author conducts a broad research on the role of narrativity in the areas of psychology, linguistics, and law, developing what he calls narrativization of pragmatics, schematization that encompasses the discursive level, telling either the story told by legislation or the legal process (story in the legal text/story in the trial), as well as the history of the drafting of the laws and the process of judgment (story of the legal text/the story of the trial).

Keywords: Philosophy of law. Semiotics. Structuralism. Linguistics. Narrativity. Greimas. Legal semiotics.

Resumé

Cette thèse s'insère dans la relation entrée le droit et le langage, dans le but d'étudier le modèle théorique développé par Bernard S. Jackson. L'auteur souligne l'importance de la narrativité en tant qu'élément organisateur de la compréhension humaine et à l'aide du modèle proposé par Greimas dans *Sémiotique et sciences sociales* (1976), Jackson développe sa proposition de sémio-narrativisation de la pratique juridique. Confronté au jus positivisme normatif, il comprend que la subsomption normative est composée de prémisses élaborées sous forme narrative, soulignant le rôle de la cohérence narrative pour l'intelligibilité des faits et des normes. Il mène ainsi une vaste recherche sur le rôle de la narrativité dans les domaines de la psychologie, de la linguistique et du droit, développant ce qu'il appelle la narrativisation de la pragmatique (*narrativization of pragmatics*), une schématisation englobant le niveau discursif, racontant l'histoire racontée par la législation et le processus juridique (*story in the legal text/story in the trial*), dans l'histoire de la rédaction des lois et du processus de jugement (*story of the legal text/the story of the trial*).

Mots-clés: Philosophie du droit. Sémiotique Structuralisme. Linguistique. Narrativité. Greimas. Sémiotique juridique.

1. INTRODUÇÃO

Objetiva-se nesse trabalho a apresentação de um modelo semiótico de compreensão do direito¹. Para tanto, iniciamos com o estudo da base teórica sob a qual o modelo proposto é construído: a teoria greimasiana. A origem dessa linha de pesquisa no contexto jurídico está na obra denominada *Semiótica e Ciências Sociais* (1976), primeira vez em que Greimas estende sua teoria para além do discurso literário e narrativo, ampliando-a para englobar o estudo de organizações discursivas de significação. No capítulo 3 o autor propõe a construção de alguns objetos semióticos, dentre eles o de um discurso jurídico, que no caso é o discurso legislativo. É pelo contato com esse texto que Bernard Jackson, na busca por uma fundamentação epistemológica que desafiasse o paradigma juspositiva, encontra-se com o estruturalismo e inicia seu percurso de pesquisa acerca de como se dá o *fazer sentido* no direito (*making sense in law*), focando no estudo das leis, da doutrina e da jurisprudência.

¹ Opta-se metodologicamente em grafar direito em minúscula: (1) grafá-lo em maiúscula contribui para o efeito de reificação, superioridade e autonomia que se quer desconstruir. O termo Direito tem utilização nas acepções de Ciência do Direito e de Estado de Direito, distinguindo-o de direito como em direito *versus* esquerdo, entretanto, essa oposição não nos é prejudicial dado o contexto. (2) Jackson assume o mesmo posicionamento: “Se operamos no nível de 'Lei', 'o sistema jurídico' ou 'uma lei', a reivindicação ao tipo de especificidade que o filósofo jurídico positivista fala (normatividade, objetividade, conforme discutido na última seção) repousa puramente e simplesmente sobre o que esse filósofo jurídico quer encontrar. Em suma, a autonomia do objeto jurídico é um produto de valores e ideologia.” (1985, p. 132, tradução nossa [1]) (3) trabalha-se com uma obra cujo texto original é escrito em língua inglesa na qual o law e right não possuem a mesma semânticidade que para o português, podendo serem traduzidos como norma, direito, Direito, lei, legislação, etc., evitando-se aí mais uma distinção e mais um problema de tradução, levando-se em conta o estudo preocupa-se com o campo semântico genérico a todos esses termos, o da juridicidade.

[1] “Whether we operate at the level of ‘Law’, ‘the legal system’, or ‘a law’, the claim to the kind of specificity which the positivista legal philosopher speaks (normativity, objectivity, as discussed in the last section) rests purely and simply on what that legal philosopher wants to find. In short, the autonomy of the legal object is a product of values and ideology.”

Ao entrar em contato com o estudo citado, o autor aproximou-se das pesquisas do Grupo de Paris, por meio de Greimas e Landowski, e com o último fundou a primeira revista de estudos da área, a *International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique*. No cenário internacional a semiótica jurídica ganhou projeção com essa revista, a pesquisa de Roberta Kevelson (1988) – de influência peirciana – a realização de congressos, e o diálogo da comunidade acadêmica, havendo linhas de pesquisa na Inglaterra, na Itália, na Estônia, na França, em Portugal e em uma série de outros países fora do continente europeu como a China.

Nacionalmente, no entanto, tratou-se de uma área pouco pesquisada, pois o que ganhou mais força dentro da área do direito e da linguagem foram estudos ligados às teorias da comunicação e à pragmática. Um dos principais expoentes destas vertentes é o Prof. Dr. Tércio Sampaio, que propõe um modelo linguístico-pragmático para o direito. Em “Teoria da Norma jurídica” (1978), o autor aponta que seria possível a criação de uma semiótica jurídica e que seu estudo serviria de base para que em algum momento essa teoria fosse desenvolvida. Ressalta-se ainda que o Prof. Dr. Ari Marcelo Solon desenvolve pesquisa na área desde 1998, sendo responsável pela linha de pesquisa e desenvolvimento em Semiótica do Direito Antigo, que se iniciou em 2004 na Faculdade de Direito da USP. Nesse contexto tem-se ainda a publicação de “Semiótica do discurso jurídico”, revelante pesquisa de doutorado do Prof. Dr. Eduardo Carlos Bianca Bittar.

A despeito das pesquisas em torno do tema “direito e linguagem” apresentarem marcante multidimensionalidade, o que se nota, entretanto, é um contexto científico desfavorável para o estruturalismo. Observa-se um campo muito influenciado pela semiótica de Pierce e pela pragmática americana, constatando-se a presença de muitos estudos que tomam por base as noções de emissor e receptor, e a imputação tratada como um processo de comunicação (como em Clarice von Oertzen de Araujo, 2005)². A influência ocorre, principalmente, no que se refere ao ensino de matérias geralmente denominadas “Linguagem jurídica”, cujo caráter, via de regra, é eminentemente normativo,

² Opta-se por citar os nomes de autoras mulheres grafados por completo, para chamar a atenção às suas publicações, como convite para conhecê-las e também como reflexão sobre quão poucas nós somos. A iniciativa é inspirada no próprio Jackson que assim o faz em diversas obras.

preocupando-se precipuamente com redação e estilística. Desta maneira, vislumbra-se que, ressalvadas algumas publicações esparsas, esse âmbito interdisciplinar, principalmente em nível nacional, mostra-se pouco influenciado pelas contribuições da Escola de Semiótica de Paris.

Jackson constrói sua teoria como via alternativa ao juspositivismo e ao jusnaturalismo, entretanto, nota-se que o juspositivismo possui um caráter imanentista, tal qual o estruturalismo, partindo o primeiro, entretanto, de uma fundamentação normativista. Já em relação ao jusnaturalismo, a visão do direito natural entende pela existência de normas de conduta intersubjetivas, universalmente válidas e imutáveis, e o estruturalismo vê como universal a significação fazer-se apenas em razão de suas interrelações. As duas correntes combatidas defendem explicações universalizantes sobre o fenômeno jurídico, enquanto que a semiótica opera em uma linha relativista, pois apesar de buscar invariantes nos universais formais dentro do contexto do nominalismo científico, reconhece a multiplicidade e a diversidade no campo das manifestações.

É também um ponto de interesse nos trabalhos de Jackson a influência da pragmática inglesa e norte americana, de teorias da psicologia experimental e cognitiva, e de estudos experimentais nos tribunais do juri. O autor atua num campo multidisciplinar ao qual contribuem estudos da linguística, do direito e da psicologia. Um ponto constante de sua pesquisa é a importância da narratividade, tópico que se torna central no desenvolvimento de suas teorias. Agregando pesquisas de diversas áreas que estudam o papel da narratividade como comandante do imaginário humano, o autor formula sua proposta de semionarrativização da prática jurídica. Jackson entende que a coerência narrativa estrutura a inteligibilidade do fato e da norma e que a relação entre ambos deve ser concebida como dizendo respeito a coerência ou correspondência de padrões (*pattern-matching*), uma questão de gradações e não de absolutos, e de similaridades ao invés de identidades.

Desta forma, elaborando o que denomina de pragmatização da narratividade (*narrativization of pragmatics*), um modelo com pretensões de aplicabilidade universalizantes que aplica a estrutura narrativa (contrato-manipulação-reconhecimento) ao nível discursivo. E no caso, ao discurso jurídico, no que engloba-se a narrativa contada no tribunal/no processo e a narrativa do processo de julgamento em si (*story in the trial* versus

story of the trial), bem como da narração inserta na legislação e a história da criação dessa legislação (*story in the legal text versus story of the legal text*). O autor situa sua inovação teórica nos níveis temáticos, agindo sobre a tematização, as isotopias e forma como construímos a coerência, por meio do que ele denominou de narrativizações típicas da ação (*narrative tipifications of action*). Jackson utiliza-se da gramática narrativa oriunda da semiótica estruturalista, mas a desenvolve sob um modelo ternário, mais próximo do modelo pierciano, em que há separação entre semântica, semiótica e pragmática.

A dissertação aqui proposta traz um panorama da teoria jacksoniana, contextualizando-a. Partimos do mesmo ponto de que partiu Jackson, isto é, o estudo do texto *Análise das leis das Câmaras de Comércio*, pois a proposta de esquematização da prática jurídica ali apresentada é posteriormente desenvolvida pelo autor. Em seguida, apresentamos seu modelo teórico e parte de suas pesquisas que, diante de sua extensão, foram selecionadas com base naquilo que entendemos como mais significativo, levando em conta o próprio resumo que o autor faz de sua carreira em *A Journey into Legal Semiotics* (2017). Alguns dos pontos de destaque são: o estudo sobre a diferenciação entre lei e fato; a questão do silogismo como raciocínio justificatório; a importância da coerência interna para a construção do raciocínio jurídico; e o uso da linguagem jurídica.

Por fim, trazemos a recepção e as críticas da obra jacksoniana pela comunidade acadêmica, dando principal ênfase ao diálogo do autor com Neil MacCornick. Por seu pioneirismo e pela liberdade criativa com a qual Jackson desenvolve suas pesquisas o autor gerou muita polêmica em seu meio, levando juristas e semioticistas a questionamentos dos mais diversos sobre suas propostas. Sua preocupação com a exposição detalhada de toda a sua pesquisa, e não apenas dos seus resultados, apontando relações entre estudos narrativos de diversas áreas, proporcionou um caminho largo a ser trilhado tanto por aqueles que endossam sua teoria, quanto por aqueles que dela discordam, despertando o interesse de muitos outros para esta área e suas possibilidades.

3. CONCLUSÕES

Almejamos neste trabalho apresentar um panorama das contribuições de Bernard Jackson ao desenvolvimento da semiótica jurídica, uma área recente mas já consolidada, em que a busca pelo sentido passa por uma mudança de paradigma, na qual nossos olhares se desviam da significação tomada como um objeto bem acabado, para nos voltarmos aos processos de construção desse objeto de valor. A semiótica jurídica, dessa forma, estuda o discurso jurídico, isto é, aquele discurso ao qual é atribuído juridicidade, procurando compreender as maneiras pelas quais se dá este processo.

Vimos que o juspositivismo normativo vincula a juridicidade à legalidade, atrelando à produção deste discurso a vontade de um único agente coletivo, isto é, ao ato das instituições: será direito aquilo que estiver previsto em lei, e será lei aquilo que o legislador disser que é; bem como a interpretação do direito será aquela que o judiciário disser que é, limitada pela moldura semântica preestabelecida pelo legislador. A fim de justificar tal *iter* são elaborados raciocínios que apresentam a norma como resultado de um processo de significação distinto do ordinário, vendo-a como um ato de conhecimento.

Na perspectiva semiótica, o discurso jurídico é uma manifestação de superfície (plano da expressão) e é por meio de sua estruturação que se chega à significação, que lhe é subjacente. Isso será feito pelo reconhecimento desse discurso como estrutura, ou seja, como uma totalidade caracterizada por interrelações hierárquicas. Explicar ou descrever esse discurso consistirá numa operação de transcodificação, isto é, “na transposição de um nível de linguagem a outro, de uma linguagem a uma linguagem diferente” (GREIMAS, 1975, p. 15). Questiona-se, portanto, de que forma o discurso de uma língua natural torna-se um discurso jurídico, negando a alegação de tratar-se de uma forma distinta de fazer sentido, já que é inerente ao sentido sua possibilidade de transformação do próprio sentido (GREIMAS, 1975).

Greimas elabora um modelo de análise que, assim como o juspositivismo, tem um caráter metodológico positivista (JACKSON, 2017). No modelo semiótico parte-se de uma estrutura elementar, qual seja, a presença de dois termos e a relação entre eles existente, o que implica em entender que a significação pressupõe a existência da uma relação. Assumindo tal premissa, Greimas propõe que a forma como compreendemos o sentido se dá por meio de narrativas, através de um percurso gerador de sentido. E Jackson ao estudar a prática jurídica como prática discursiva, entende que a inteligibilidade no direito igualmente ocorre em função da coerência narrativa, sendo tanto o fato, quanto a norma, narrativas que podem ser estudadas como objetos semióticos.

Jackson, almejando uma terceira via de explicação ao fenômeno jurídico, uma que não endosse nem o juspositivismo, nem o jusnaturalismo, parte dessa base estruturalista para investigar as formas de *fazer sentido* no direito, e a ela agrega contribuições da psicologia, do pragmatismo e da filosofia do direito. Entende-se que o juspositivismo, como corrente dominante no pensamento jurídico, gera um efeito de reificação nos processos de decisão, pois propaga um sentido etéreo emanado do próprio ordenamento, ideia refutada pela noção de sentido na semiótica, para a qual o significado é sempre construído e nunca dado.

Em sua ampla pesquisa, o autor aborda o discurso jurídico em suas múltiplas expressões, dedicando-se ao estudo de interface da teoria do direito, da produção legislativa e do processo judicial. O escopo da presente dissertação abrange suas principais proposições, tomando a narratividade e a semiótica greimasiana como fios condutores. Tal decisão nos impõe um recorte metodológico em que são deixados ao interesse do leitor engajar-se nas pesquisas jacksonianas acerca da psicologia, que incluem autores como Piaget, Milgram e Lacan, e do pragmatismo, como Grice, Austin e Pierce - sendo que deste último o autor herda as nomenclaturas do modelo triático que procuramos transcodificar, haja vista sua identificação última com o modelo greimasiano.

No que compete a essa dissertação, abordamos os fundamentos de sua semiótica jurídica que, filiada ao objetivo maior da pesquisa semiótica, propõe um modelo geral para o discurso jurídico, e por que não dizer, para as manifestações discursivas como um todo: a *narrativização da pragmática* (*narrativization of pragmatics*). Essa construção teórica é elaborada com base na concepção de que a narratividade atua como elemento organizador da cognição humana, entendendo que o modelo greimasiano de estrutura narrativa do nível sintagmático (Contrato, Desempenho, Reconhecimento), por ser abstrato e universal, se aplica igualmente à dimensão pragmática. Jackson amplia a importância da tematização ao elaborar o conceito de *tipificações narrativas da ação* (*narrative typifications of action*) entendendo que existem estruturas as quais são formuladas dentro de um contexto cultural e que são tomadas como estereótipos, influenciando diretamente na forma como o falante agirá e reagirá num contexto discursivo.

Desta forma, importa saber a que grupo semiótico, ou melhor dizendo, a que grupos semióticos pertence aquele falante e de que forma esse grupo se distingue dos demais, impactando no desenvolvimento cognitivo e na sensação de pertença uma série de concepções elaboradas na forma de *tipificações narrativas da ação*. As pessoas do meio jurídico agregam-se em um grupo semiótico que as distingue das pessoas leigas por formarem um grupo que se caracteriza por possuir uma linguagem profissional a qual se diferencia por:

sua semanticidade (uso de palavras comuns com significado distinto do comum; uso de palavras incomuns como jargões, latim, etc.); sua sintaxe (períodos formados por orações longas e truncadas, uso de nominalizações, etc.); e estruturas típicas de raciocínio organizadas narrativamente. Vê-se que a linguagem jurídica se orienta por uma busca incessante de objetividade, em que se cunham termos distantes da linguagem cotidiana, almejando significados unívocos que, entretanto, sacrificam a inteligibilidade do leigo. Essa objetividade é perquirida ante ao uso reativo que se faz da linguagem profissional como instrumento de argumentação e convencimento.

No contexto jurídico a coerência narrativa é responsável pela inteligibilidade da lei e do fato jurídico, isto é, a premissa maior se estrutura na forma narrativa (“Matar alguém”) e a premissa menor constitui em si uma narrativa (“João matou Maria”). Portanto, a relação entre a premissa maior e a premissa menor deve ser concebida em termos de coerência ou de correspondência de padrões, o que será sempre uma questão de graus de similaridade ao invés de identidades e definições. Via de regra, no direito, a ideia de interpretar implica em um processo que envolve dois momentos: um primeiro momento dogmático de estabelecer definições, e um segundo momento de se ler com base nas definições fixadas. Ora, mas a forma como compreendemos o sentido não ocorre com base em definições, e sim com base em interrelações e ausências, sendo que os limites semânticos de um termo irão até o espaço em que começa outro, limites estes, nebulosos e guiados pela subjetividade da enunciação.

As estruturas narrativas também constituem a base da decisão jurídica (que, insistimos, se distingue da fundamentação legal), pois a decisão do juiz estará ligada ao momento do *reconhecimento* em que as *tipificações narrativas da ação* apresentadas serão confrontadas com aquelas associadas a expectativa do julgador como indivíduo, assim como da sociedade, ligada a interrelações de nível profundo (como no caso que vimos de sucessão testamentária em que o descendente mata o ascendente para acelerar a herança⁴⁴).

Tal noção implica na rejeição da ideia de unidade do sistema jurídico, pois a imposição de uma única linha de *tipificação narrativa da ação* estaria ligada a hegemonia de um padrão sobre tantos outros possíveis. Portanto, a teoria jacksoniana se coaduna com as teorias realistas, pois ao reconhecer a existência de grupos semióticos diversos, reconhece a atuação de uma multiplicidade de participantes na produção do sentido jurídico, e a existência de várias visões do que pode ser entendido como direito. Vislumbra-se que a tendência humana de fazer sentido em termos narrativos (mais particularmente, o senso comum a

⁴⁴ Pag. 61.

determinados grupos sociais) não pode ser completamente orientada por um padrão único, mesmo que os problemas de interpretação e comunicação entre os grupos semióticos sejam eliminados.

Consequentemente, a presença de *hard cases* (*casos difíceis*) ocorrerá mais em função de uma junção de valores atípicos em nível profundo, que causam extrema estranheza aos costumes e à coletividade, do que em função da ausência de normas ou da presença de mais de uma norma passível de aplicação. Ademais, a ideia de um sistema jurídico que atua em termos de definição, e de que as lacunas do ordenamento teriam o caráter de excepcionalidade cai por terra, por ser uma concepção que parte do ponto de vista de que há uma previsão legal – e, de preferência, apenas uma – para cada uma das situações da vida, a ser interpretada num sentido unívoco.

O juspositivismo normativo, nos moldes hoje difundidos, é uma produção simbólica que atua como um instrumento de retórica e dominação. É uma estrutura estruturante que gera um conformismo lógico ante a violência do direito, por apresentar-se como uma estrutura estruturada, estática e impessoal. Nas palavras de Cover (1986, p. 1629, tradução nossa) “entre a idéia e a realidade do significado comum, cai a sombra da violência da lei em si”⁴⁵e, ao tomar como direito apenas o direito normativo, recaímos em contextos como o que vivemos, em que se vê um inchaço legislativo, bem como a possibilidade de desvios de comportamento entendidos como toleráveis pela sociedade, pois justificados por essa construção narrativa que empodera do direito como fonte de justiça, acabando por resultar num espaço propício à *lawfare*.

A falta de objetividade nas decisões escancara o subjetivismo da construção de sentido, situação que é combatida, dentro da estrutura atual, com a tentativa de limitação da discricionariedade do julgador por meio da criação de mais e mais parâmetros, pela edição de leis reativas a situações que chocam a sociedade de alguma forma. Vê-se que o modelo atual insiste em negar o subjetivismo inerente a construção de sentido, esperando do profissional do direito uma interpretação distinta da do ser humano. Isso soa no mínimo como uma esperança vã.

A crença de que atuar no meio jurídico daria ao ser humano capacidades de interpretação hercúleas leva a uma constante decepção, pautada numa expectativa irreal. Para superarmos esta expectativa são pontos essenciais assumir que: o grupo semiótico dos

⁴⁵ “Between the idea and the reality of common meaning falls the shadow of the violence of law, itself.”

profissionais do direito pertence antes ao grupo dos seres humanos; e que a premissa semiótica é de que seres humanos atuam perante a significação de forma narrativa em que as definições tem bordas muito mais tênues do que a estaticidade de um dicionário jurídico ou de um texto legislativo nos faz crer.

4. REFERÊNCIAS

- ALEXY, Robert. **Teoria da Argumentação Jurídica**: a teoria do discurso racional como teoria da Fundamentação Jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. 2º ed. Massachusetts: Harvard University Press, 1962.
- BARTHES, Roland. **Elementos da Semiologia**. São Paulo: Cultrix, 2012.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso**: fundamentos semióticos. 3ª ed. São Paulo: Humanitas/USP, 2002.
- BEIVIDAS, Waldir. **Inconsciente *et verbum***: Psicanálise, Semiótica, Ciência, Estrutura. 2ª ed. São Paulo: 2002.
- _____. **Inconsciente & Sentido**: ensaios de interface: psicanálise, linguística, semiótica. São Paulo: Annablume, 2009
- _____. **A teoria semiótica como epistemologia imanente** (uma terceira via do conhecimento). Dissertação (Livre docência em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- _____. **A epistemologia semiótica de Louis Hjelmslev**: uma teoria utópica da linguagem. Estudos Semióticos, v. 12, n. 1, p. 83-87, 2016.
- BENNETT, W.L.; FELDMAN, M. S. **Reconstructing reality in the courtroom**. New Brunswick: Rutger University Press, 1981.
- BERNESTEIN, B. **Class, Codes and Control**. London: Routledge and Kegan Paul, v.3, 1971.
- BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: EDUSC, 2002.
- BHATIA, B. K. Analysing genre: language use in the professional setting. Londres: Longman, 1993.
- BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. São Paulo: Cultrix. 1938.
- BRIGHAM, J. Making. Sense in Jurisprudence. **International Journal for the Semiotics of Law** - Revue internationale de Sémiotique juridique, Netherlands: Springer, v. 12, n. 2, p. 219–223, 1999.
- BRIMO, A. Structrealisme et rationalisation du droit. **Archives de Philosophie du droid**. v. 23, p. 198-211, 1978.
- BROEKMAN, Jan M.; FLEERACKERS, Frank; **Legal Signs Fascinate**: Kevelson's Research on Semiotics, SpringerBriefs in Law, Springer; 2017.

- BROEKMAN, Jan M; BACKER, Larry Catá; (Editors) **Signs In Law - A Source Book**, The Semiotics of Law in Legal Education III, Switzerland: Springer, 2015.
- BUDNIAKIEWICZ, T. **Fundamentals of story logic**. Introduction to Greimassian Semiotics - Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1992.
- CÂMARA Jr. J. Mattoso. O estruturalismo. **Alfa revista de linguística**. v. 11, 1967.
- CHABROL, Claude. (Org.). **Semiótica narrativa e textual**. Cultix: São Paulo, 1977.
- CHARROW, R; CHARROW, V. Making legal language understandable: a psycholinguistic study of jury instructions. **Columbia Law Review**, v. 79, n. 7, p. 1306-1374, 1979.
- CONLEY, J. M.; O'BARR, W. M. **Rules versus relationship**. The ethnography of legal discourse. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- COURTÉS, J.; GREIMAS, A. J. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Contexto, 2016.
- COVER, Robert M. The Supreme Court 1982 Term. Foreword: Nomos and Narrative. **Harvard Law Review**, v. 97, n. 4, p. 4-25, 1983.
- _____. **Violence and the Word**. Faculty Scholarship Series. Paper 2708, vol. 95, 1986.
- _____. **Narrative, Violence, and the Law: The Essays of Robert Cover**. Michigan: Michigan Press, 2004.
- _____. Nomos e Narração. **ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura**, v. 2, n. 2, julho-dezembro 2016
- CRETELLA JÚNIOR, José; FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Forense, 1984.
- CRYSTAL, D.; DAVEY, D.; Investigating English Style. London: Longman, 1969.
- DE ARAÚJO, Von Oertzen Clarice. **Semiótica do Direito**., São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- DWORKING, R. **Taking rights seriously**. London: Duckworth, 1978.
- EBENSTEIN, Wiliam. **La Teoria Pura dei Derecho**. México: Fondo de cultura Económica, 1947.
- ECO, Umberto. **A estrutura ausente: introdução à pesquisa semiológica**. São Paulo: Ed. USP, 1971.
- _____. **Kant and the Platypus - Essays on Language and Cognition**, Nova Iorque: Harcourt, 2000.
- _____. **Da árvore ao labirinto: estudos históricos sobre o signo e a interpretação**. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2013.
- EMMOTT, Catherine. **Narrative Comprehension: a discursive perspective**. New York: Clarendon press, Oxford, 1997.
- ENGISCH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2014.

ERICKSON, B.; *et al.* Speech Style and Impression formation in a court setting: the effects of “powerful” and “powerless” speech, **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 14, p. 197-226, 1995.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Direito, retórica e comunicação**: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico. São Paulo: Saraiva, 1997.

_____.; MARANHÃO, Juliano Souza de Albuquerque. **Função pragmática da justiça na hermenêutica jurídica**: Lógica do ou no Direito? Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica, 2007.

_____. **A ciência do Direito**. São Paulo: Atlas, 2014.

_____. **Função social da dogmática jurídica**. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 2016.

_____. **A teoria da norma jurídica**: ensaio de pragmática da comunicação normativa. São Paulo: Atlas, 2016.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. 2 ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. **O projeto hjelmsleviano e a semiótica francesa**. Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. n. 5, 2003.

_____. **Elementos de análise do discurso**. 13 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

FLETCHER, G. **Rethinking Criminal Law**. Boston: Little, Brown & Co., 1978.

FOUCAULT, Michel. **Gênese e estrutura da antropologia de Kant**. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural. Collège de France, Paris, 2009. Aula ministrada em 2 de dez. 1970. 18º ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FOX, Anthony. **Linguistic Reconstruction**: an introduction to theory and method. New York: Oxford University Press, 1995.

GERGEN, K. J.; GERGEN, M. M; Narrative Form and the Contruction of psycholgical Science. In: SARBIN, Theodore R. **Narrative Psychology**: The Storied Nature of Human Conduct, ed. New York: Harper, 1940.

GIBBONS, J. ed., **Language and the law**. London: Longman, 1994.

GOFFMAN, E. **S/tigma**. London: Penguin, 1963.

GOODRICH, P. **Reading the law**. Oxford: Blackwell, 1986.

_____. **Languages of law**. London: Weidenfeld and Nicolson, 1990.

- _____. **Legal Discourse, Studies in linguistic, rhetoric and legal analysis.** London: Macmillan, 1987.
- GREIMAS, A.J. **Sémantique structurale.** Recherche de méthode. Paris: 1966.
- _____. **Essais de sémiotique poétique.** Paris: Larousse, 1972.
- _____. **Sobre o sentido:** ensaios semióticos. São Paulo: Vozes, 1975.
- _____. **Sémiotique et sciences sociales.** Paris: Éditions du Seuil, 1976.
- _____. **Semiótica e ciências sociais.** São Paulo: Cultrix, 1981.
- _____. **Semiótica das paixões.** São Paulo: Ática, 1993.
- GUASTINI, R. **Legal Language and Facts.** The encyclopedia of language and linguistics. Oxford: Pergamon, 1993. IV. 2075-5080.
- HABERMAS, Jürgen. **A ética da discussão e a questão da verdade.** 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- _____. **Técnica e ciência como “ideologia”.** 1ª ed. São Paulo: Unesp, 2014.
- HARKOT-DE-LA-TAILLE. **Sentir, saber, tornar-se.** São Paulo: FAPESP, 2016.
- HARRIS, R. **Language, Saussure and Wittgenstein. How to play games with words.** London and New York: Routledge, 1988.
- _____, Taylor, T. J. **Landmarks in Linguistic Thought. The western tradition from Socrates to Saussure.** London and New York: Routledge, 1989.
- _____. How does writing restructure thought? **Language and communication - An Interdisciplinary Journal**, Elsevier, v. 9, p. 99-106, 1989.
- HART, H. L. A. **The concept of law.** Oxford: The Clarendon Press, 1961.
- HART, H.L.A. **O conceito de direito.** São Paulo: Martins Fontes: 2009.
- HELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem.** São Paulo: Perspectiva, 2003.
- J____. **Structuralism and Legal Theory.** Liverpool Polytechnic, Department of Law, Occasional Paper, n. 20, 1979.
- _____. **Semiotics and legal theory.** London: Routledge & Kegan Paul, 1985.
- _____. **Law, fact and narrative coherence.** Liverpool: Deborah Charles Publications, 1988.
- _____. Can one speak of the ‘Deep Structure’ of Law? In: PANOU, S; *et. al.* **Theory and Systems of Legal Philosophy**, ed. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1988, p. 250-261. ARSP Supplementum III.

_____. Law, Fact and Narrative Coherence. A deep look at court adjudication. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, v. 3, n. 1, p. 81–95, 1990.

_____. Introduction Semiotics and institutional theory. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, v. 4, n. 3, p. 227–232, 1991.

_____. Semiotic scepticism A response to Nell MacCormick. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, v. 4, n. 2, p. 175–190, 1991.

_____. Interpretation as professional practice. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, v. 4, n. 1, p. 99–107, 1991.

_____. MacCormick on logical justification in easy cases A semiotic critique. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, 1992.

_____. Pour un modele semiotique de l'analogie du jeu en theorie du droit. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, v. 5, n. 1, p. 55–90, 1992.

_____. **Making sense in law:** linguistic, psychological and semiotic perspectives. Liverpool: Deborah Charles Publications, 1995.

_____. **Making sense in jurisprudence.** Liverpool: Deborah Charles Publications, 1996.

_____. **Making sense in Law.** Liverpool: Deborah Charles Publications, 1996.

_____. Anchored Narratives' and the Interface of law, psychology, Law, Psychology and Semiotics, *In: Legal and Criminal Psychology*. v. 1, p. 17-45, 1996.

JAKOBSON, Roman. **Linguística. Poética. Cinema.** São Paulo: Perspectiva, 1970.

JORI, M. Making sense of “making sense in law.” **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, v. 9, n. 3, p. 315–328, 1996.

KAUFMANN, Arthur. **Filosofia do Direito.** 5ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenjia, 2014.

_____; HASSEMER, Winfried. **Introdução a filosofia do direito e a teoria do direito contemporânea.** Lisboa: Calouste Gulbenjia, 1994.

KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do Estado.** Trad. João Batista Machado. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Teoria Pura do Direito.** 6ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

- KELVESON, Roberta. **The law as a system of signs**. Nova Iorque: Springer, 1988.
- KERSTIN, Fischer. **From cognitive semantics to lexical pragmatics: the functional polysemy of discourse particles**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000.
- LANDOWSKI, E. Towards a semiotic and narrative approach to law. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, v. 1, n. 1, p. 79–105, 1988.
- _____. Truth and veridiction in law. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, v. 2, n. 1, p. 29–47, 1989.
- _____. **A sociedade refletida: ensaios de sociossemiótica**. São Paulo: EDUC, 1992.
- _____. **Presenças do outro: ensaios de sociossemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- _____. **Com Greimas: Interações Semióticas**. São Paulo: Estação das letras e Cores: Centro de Pesquisas Sociossemióticas, 2017.
- LARENZ, Karl. **Metodologia da ciencia do direito**. Portugal: Calouste, 1991.
- LINDGREN, J. R. The consequences of a pragmatic turn for semiotics. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, v. 3, n. 3, p. 293–301, 1990.
- MACCORMICK, D. N. Law as Institutional Fact. **The Law Quarterly Review**, Sweet & Maxwell, v. 90, p. 102-29, 1974.
- _____; WEINBERGER, O. **The institutional theory of law**. Dordrech: D. Reidel, 1986.
- _____. Notes on narrativity and normative syllogism. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, v. 4, n. 11, p. 163-174, 1991.
- _____. Notes on narrativity and the normative syllogism. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, v. 4, n. 2, p.163–174, 1991.
- _____. A deductivist rejoinder to a semiotic critique. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, v. 5, n. 2, p. 215–224, 1992.
- MALEY, Y, FAHEY, R. Presenting the evidence: construction of reality in Court. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, v. 5, n. 14, p. 181-202, 1992.

- MANCUSO, J.C. The acquisition and use of narrative grammar structure. *In*: SARBIN, T. R. (Ed.), **Narrative Psychology: the Storied nature of human conduct**, ed. New York: Praeger, p. 91-110, 1986.
- MARMOR, Andrei. **Direito e interpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MERLEAU-PONTY, M. **Égole de la philosophie et autres essais**. Paris : Gallimard, 1965.
- MILOVANOVIC, D. **Postmodern Law and Disorder**. Psychoanalytic semiotics, chaos and juridic exegese. Liverpool: Deborah Charles Publications, 1992.
- MOOTZ, F. J. Vico and Imagination An Ingenious Approach to Educating Lawyers with Semiotic Sensibility. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, v. 22, n. 1, p. 11–22, 2009.
- NAVARRO, Pedro. (Org.) **O discurso: nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos: Claraluz, 2008.
- O'BARR, William M.; ATKINS, BOWMAN, K. Women's language or powerless language. *In*: MCCONNELL-GINET, Sally; FURMAN, Nelly; BORKER, Ruth. **Women and Language in Literature and society**. ed. New York: Praeger, 1980. p. 93-110.
- _____. **Linguistic evidence: language, power and strategy in the Courtroom**. New York: Academic Press, 1982.
- PIERCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- PROPP, Vladimir. **Morfologia do Conto Maravilhoso**. Ed. Propp CopyMarket, 2001.
- RECTOR, Mônica. Para ler Greimas. Rio de Janeiro: Alves, 1978.
- RICŒUR, P. Between hermeneutics and semiotics. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, v. 3, n. 2, p. 115–132, 1990.
- ROBERTSHAW, P. The jury summation as Speech-form. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, v. 8, p. 215-219, 1990.
- _____. Structuralism and law: Some comments. **The Liverpool Law Review**, v. 2, n. 1, p. 31-43, 1980
- SANTAELLA, Lúcia; WINFRIED, Nöth. **Semiótica**. São Paulo: Experimento, 1999.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SEARLE, J.R. **Speech Acts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- _____. **Expression and Meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, 117-136.

- SOLON, Ari Marcelo. **Teoria da soberania como problema da norma jurídica e da decisão**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.
- _____. **Direito e tradição: o legado grego, romano e bíblico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- _____. **Hermenêutica radical**. São Paulo: Marcial Pons, 2017.
- STRAWSON, P. F. **On Referring** in: *Logico-linguistic papers*. Londres e Nova Iorque: Methuen, 1971.
- SPENCE, D. P. **Narrative Truth and historical truth**. New York: Norton, 1982.
- TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- _____; *et al.* **Semiologia e linguística**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.
- TOUCHIE, J. C. W. Jackson on the decisions underlying the application of rules. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, v. 10, n. 3, p. 317–335, 1997.
- TWINING, W. **Rethinkg evidence**. Evanston: Northwestern University Press, 1994.
- VAN DEN HOVE, P.J. Legal argument as an illocutionary act complex. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, v. 1, n. 1, p. 29-45, 1988.
- VAN DIJK, Teun A. **Discourse as social interaction**. *Discourse Studies: a multidisciplinary introduction*. v. 2, London: Sage Publications, 1997.
- VIANA, José Ricardo Alvarez. Considerações iniciais sobre semiótica jurídica. *Revista CEJ*, Brasília, Ano XIV, n. 51, p. 115-124, 2010.
- WAGNER, A. Mapping Legal Semiotics. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, Springer Netherlands, v. 23, n. 1, p. 77–82, 2009.
- _____. **Exploring Courtroom Discourse: The Language of Power and Control**. London: Routledge, 2011.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ANEXO 1 – Troca de e-mail com o autor (19/02/2018)

Heloisa Akabane

seg, 19 de fev de
2018 10:42

para Bernard

Dear Mr. Jackson,

First, I would be pleased to express my gratitude for the good company in which I have spent the last few months reading your works. Indeed, your writings cover a great scope of subjects, of which many happen to be areas of my utmost interest.

Well, then, through this I am to pass on to you, now, the news that Prof. Solon was greatly pleased with your regards. Also, if I may, would you be so kind, sir, as to clarify some doubts of mine that have arisen as products of my readings.

The narrativization of pragmatics doesn't endorse the proposal of legal semiotics elaborated by Greimas in one aspect which is, as of yet, not too clear to me. I beg your pardon if this question may sound rather simple, perhaps I may not have reached a full understanding of your works, or you may even accuse me of having taken less time than necessary on pondering over their aspects.

Greimas so says that "le langage juridique, au contraire, tire l'essentiel de sa force du fait qu'il envisage et pratique constamment de telles procédures de vérification. Il peut se faire grâce à la structure particulière de la délégation du pouvoir, du fait de la substitution du destinataire originel des messages juridiques qu'est le législateur, par un destinataire suppléant appelé à re-dire le droit et qu'on appelle "justice". (1976, p. 91). He mentions the role of a "destinataire originel", which endows the judge of a "pouvoir-faire". However, I failed to find a correspondence to this semionarrative role in the narrativization of pragmatics. Is it the case that the theory does endorse that coherence carries enough weight as to fulfil this legitimating role, considering the complexities of pragmatics involved? Or is it the case that the theory does not pertain a concern to appoint what will actually fulfil this role, considering the adjudicatory process in court?

Thank you so much for your time,
Sincerely yours,

Heloisa Virnes Akabane

Bernard Jackson

seg, 19 de fev de
2018 14:02

Dear Heloisa

I'm not sure I understand everything in your e-mail, but I think I have a clear reply to your basic question:

1. My notion of the narrativization of pragmatics was not based on Greimas (as to what exactly G

means in the passage you quote you are better to ask Landowski). Indeed, my concept of narrativisation is itself a development of G. His model of the syntagmatic level (Contract, Performance, Recognition) is primarily abstract and universal. While he has something on (culturally contingent) thematisation (I am currently away from home, and do not have the texts to hand but you will find it in the Actes Sémiotique article), I emphasise the latter in my concept of narrativisation (with its "narrative typifications of action").

2. G says very little, to my knowledge, about pragmatics. The application of narrativisation to pragmatics is my innovation (as Landowski has recognised). What it means is that we can analyse the construction of sense in pragmatics by applying to it the same Contract-Performance-Recognition model, with the appropriate narrative typifications of action applicable in the particular social setting. We can ask who is the Subject of the pragmatic act (the speech act, in the widest sense), and how that subject is constructed (what modalities of pouvoir, vouloir etc); what action s/he is seeking to perform and how that performance is recognised. I think you will find examples particularly in *Making Sense in Law*: check the Index at the back.

Put differently, G is concerned with the story *in* the legal text, not the story *of* (the promulgation of) the legal text (cf. my distinction between the "story *in* the trial" and the "story *of* the trial"). My point is that exactly the same analysis (developed from Greimas) can be applied to both.

I hope this makes sense to you.

Do give my best (Purim) wishes to Ari

Regards

Bernard

ANEXO 2 – Proposta de planilha comparativa

PLANO DA EXPRESSÃO	PLANO DO CONTEÚDO				
	TEXTUALIZAÇÃO/ENUNCIAÇÃO	MODELO TEÓRICO		AÇÃO	COGNIÇÃO
	Narrativização da pragmática				
	Atos de enunciação	Nível discursivo	Figurativização	Espaço Tempo Atores	Retórica em situação
	Programas narrativos		Aspectualização	Incoativo, durativo, iterativo, terminativo	Estratégias retóricas
	Tipificações narrativas da ação		Tematização	Papéis temáticos	Estilos argumentativos
	Esquema da Narrativização da pragmática (Contrato – Performance – Reconhecimento)	Nível semionarrativo	Esquema canônico	Esquema narrativo (Manipulação – Competência – Performance – Sanção)	Esquema cognitivo (Discurso, objetivo, referencial, cognitivo)
	Troca pragmática entre Grupos semióticos		Actantes (Sujeito, Objeto, Destinador...)	Programa narrativo S1[(S2VO) → (S2^O)]	Troca participativa (fazer persuasivo)
	Avaliações sociais tácitas – efeito de congruência de humor		Modalidades	Querer, Dever, Saber, poder, fazer (fazer, ser)	Crer, saber: Veridictório (S-S) Epistêmico (S-O) Alético (O)
	Relação de contradição (oposições binárias e semelhança por familiaridade)	Nível profundo	Estruturas elementares Quadrado semiótico <div>A B NãoB X NãoA</div>	Relação de contradição (a fonte da transformação narrativa e das relações polêmico-contratuais)	
			Estruturas tensivas		

Fonte: adaptação de Bertrand, 2012